

# OS NEGROS DO LARGO DA BAÍA: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE UMA COMUNIDADE NEGRA QUILOMBOLA

## THE BLACKS OF LARGO DA BAÍA: MEMORIES AND STORIES OF A BLACK QUILOMBOLA COMMUNITY

**Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos** | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Doutor em Antropologia Social e professor da Universidade de Brasília, no Departamento de Antropologia (DAN) e no Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (Mespt). Membro do Laboratório Matula - sociabilidades, diferenças e desigualdades e do Cauim – grupo de estudos e práticas dialógicas junto a povos e territórios tradicionais.

Orcid: [0000-0002-0606-4342](https://orcid.org/0000-0002-0606-4342)

E-mail: carlosalexandrebps@gmail.com

### Resumo

Este artigo, ao trazer as memórias subterrâneas da comunidade negra quilombola Família Cardoso, Nioaque/MS, expõe o seu passado, demonstrando as especificidades desses camponeses negros, seus caminhos de constituição e sua luta em realizar a reprodução social camponesa. Com isso, traz à tona a trajetória de vida dos descendentes de escravizados da família Cardoso, e, como consequência, a história de sua origem e formação.

**Palavras-chave:** quilombo, escravidão, terra.

### Abstract

This article, by bringing the underground memories of the black quilombola community Família Cardoso, Nioaque/MS, exposes their past, demonstrating the specificities of these black peasants, their ways of constitution and their struggle to carry out peasant social reproduction. With this, it brings up the life trajectory of the descendants of slaves of the Cardoso family, and, therefore, the history of their origin and formation.

**Keywords:** quilombo, slavery, land.

Quando surgiu essa coisa do quilombola, aí eu pensei que vai ser a mesma coisa que os dos índios, que nós tínhamos valor também. E acredito que sim, que tá tendo (valor) pra raça negra. E até hoje estou acreditando que foi bom e tá sendo bom. Hoje, você não vê uma pessoa branca chamar, como antigamente, (...) a pessoa de preto sujo, como falava antigamente, hoje não! Se alguém chamar de preto sujo vai pagar o que não tem. Hoje o negro tá sendo respeitado, hoje estão respeitando o quilombola. (...). Hoje o negro tá tendo valor. (Seu José Cardoso, liderança quilombola)

Destacou Michael Pollak (1989, p. 4) que ao privilegiar a análise dos grupos minoritários “a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a “memória nacional”. Assevera ainda Pollak (1989) que as memórias subterrâneas “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise”.

Nesse sentido, as memórias subterrâneas, ao expor o passado, demonstram as especificidades dos camponeses negros, seus caminhos de constituição e sua luta em realizar a reprodução social camponesa, ou seja, a possibilidade de possuir a terra, formar família e trabalhar autonomamente, ideal que denomino de projeto camponês. Acompanhando essa linha argumentativa, as atuais pesquisas antropológicas, sobre comunidades negras rurais e comunidades quilombolas, ao fazer uso dessas memórias revelam novas facetas do pós-abolição (PLÍNIO DOS SANTOS, 2014).

Tendo como baliza esses elementos, procuro, no presente artigo, apresentar a trajetória de vida dos descendentes de escravizados da família Cardoso, e, como consequência, a história de origem e formação da comunidade negra quilombola Família Cardoso, localizada no Bairro Largo da Baía, município de Nioaque, Mato Grosso do Sul.

Conhecidos na região como os “Cardosos”, essa comunidade sobrevive em condições bem precárias, lutando pela sobrevivência e manutenção de parte do território que lhes deixou o casal fundador Nestor Cardoso e Eugênia de Souza Cardoso. Com uma população de 37 homens e 23 mulheres, a comunidade possui dez casas, cuja localização obedece a uma distribuição criteriosa, calcada no parentesco. Todas as sessenta pessoas sobrevivem, atualmente, em um hectare, o que equivale a 166 m<sup>2</sup>, aproximadamente, por pessoa. Esse grupo é formado por pequenos agricultores que plantam para sobreviver num espaço quase impossível para sua reprodução física e cultural.

Além desse grupo, existem 115 parentes, 50 homens e 65 mulheres, morando em pequenos lotes também no Bairro Largo da Baía; no bairro Vila Coimbra em Nioaque; Miranda, município de Bonito; município de Anastácio; município de Campo Grande e no município de Aquidauana.

Preocupada em manter seu modo de vida, sua história particular e sua terra, a família Cardoso solicitou à Fundação Cultural Palmares o certificado de autodefinição de comunidade remanescente de quilombo. Com a certificação, ocorrida no dia 11/10/2005, a Família Cardoso fundou, em 03/12/2005, a Associação Rural Quilombola Família Cardoso. E no ano de 2006 os Cardosos solicitaram ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a regularização fundiária de suas terras. Após sete anos, nos dias 02 e 03/04/2014, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação foi publicado pelo Incra<sup>1</sup> no Diário Oficial da União (DOU).

Como este artigo está fundamentado em pesquisa etnográfica e bibliográfica, realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2007<sup>2</sup> e maio de 2009, grande ênfase se dará à

---

<sup>1</sup> Conforme a Instrução Normativa 57/Incra, de 20/10/2009, a publicação do RTID no DOU é uma das fases dos procedimentos administrativos visando à regularização dos territórios quilombolas.

<sup>2</sup> No final do ano de 2006, fui contratado como consultor pelo Incra para realizar o relatório antropológico da comunidade quilombola Família Cardoso.



compreensão ou à representação que os idosos entrevistados fazem sobre as suas próprias histórias ou sobre as suas categorias de tempo. Desse modo, optei por descrever suas memórias linearmente, dando ênfase, nesse processo, às suas dramaticidades socioculturais.

Nesse sentido, na primeira parte deste artigo apresento o contexto histórico da guerra de López e a memória dos quilombolas sobre esse conflito. Posteriormente, por meio das memórias dos idosos, descrevo a formação da comunidade Família Cardoso. Na terceira parte do texto, busco demonstrar o processo de territorialização da Família Cardoso na Chácara São Pedro.

### A Guerra de López<sup>3</sup>

O processo de povoamento do estado de Mato Grosso foi iniciado, no século XVIII, por sertanistas que buscavam minas de ouro. Após a descoberta de algumas minas, na região Norte, iniciou-se uma fase de sedentarização da crescente população que vivia orbitando entre a extração e a comercialização do ouro. Nesse período, a agricultura e a pequena criação de gado estavam localizadas em áreas próximas às minas e ao redor dos arraiais. Comerciantes, mineiros, pequenos agricultores, um diminuto número de fazendeiros e um grande número de escravizados compunham a população da Capitania de Mato Grosso, cercada por uma predominante população indígena.

Na primeira metade do século XIX, existiam “ilhas” de população espalhadas no vasto território da região sul de Mato Grosso. Nessa época, as várias famílias de criadores de gado que habitavam as fazendas dessas localidades foram se unindo via casamentos endogâmicos. Por meio desses casamentos, formaram-se prestigiosos clãs, como o dos

---

<sup>3</sup> A Guerra de López é como os quilombolas denominam a Guerra do Paraguai. Como na época do conflito o Paraguai era comandado pelo presidente Francisco Solano López, o conflito foi denominado Guerra de López.



Barbosa e dos Garcia. A cada geração, novas fazendas se organizavam, fragmentando aos poucos a grande propriedade. As casas eram rústicas e mal mobiliadas, pois eram pessoas que de uma hora para outra pegavam os seus poucos objetos de valor e escravizados e partiam para explorar novas terras em busca de bons pastos (CORRÊA FILHO, 1969).

Nessas fazendas de criação, o escravizado era utilizado em todas as atividades, mesmo na criação extensiva do gado. Geralmente, o escravizado, ligado a essas propriedades, constituía sua própria família. Sua condição como chefe de família favorecia a renovação do plantel de escravizados e desfavorecia as fugas. Esse escravizado-camponês ou escravizado-criador era responsável por várias cabeças de gado, assim como das lavouras e de suas roças de subsistência. Esse tipo de relação que alguns senhores tinham com seus escravizados, fez com que em algumas regiões do sul de Mato Grosso não houvesse um comércio tão intenso de escravizados como o que ocorria nas minas localizadas no norte da Província. Entretanto, esse fato não diminuiu a importância que os escravizados tiveram no desenvolvimento das atividades econômicas da região sul de Mato Grosso.

Durante as décadas de 1850 e 1860, devido ao lucrativo comércio do gado, realizado, principalmente, por fazendeiros do sul de Mato Grosso com fazendeiros do Triângulo Mineiro, o valor das “terras de criar”, assim como o valor do gado, dobrou de preço em pouco tempo. Porém, com o aparecimento e a rápida disseminação da doença denominada, na época, de “peste das cadeiras”<sup>4</sup>, a criação e o comércio de gado vacum sofreram uma brusca queda, pois a doença matava tanto o cavalo como o gado. Essa doença “começou a matar os animaes cavallares, até o ponto de torna-los mui raros nas fazendas onde outr’ora por centenas.” (RELATÓRIO, 1862, p. 125 - 126).

---

<sup>4</sup> A Peste das Cadeiras ou o Mal de Cadeiras é uma enfermidade causada por um protozoário, o *Trypanosoma evansi*. Em equinos, a doença pode ser aguda, matando em questão de semanas. O tratamento só foi descoberto no início do século XX por Adolpho Lutz (NEIVA, 1955).

Com a economia abalada pela “Peste das Cadeiras”, o Mato Grosso ainda foi palco, principalmente a região sul, do conflito armado internacional denominado Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai, que envolveu de um lado Brasil, Argentina, e Uruguai, e do outro Paraguai, entre os anos de 1864 e 1870 (BANDEIRA, 1995).

Em Nioaque, mais especificamente na região do bairro Largo da Baía, onde está localizada a comunidade quilombola Família Cardoso, existem marcos do período da “Guerra de Lopes”. A história desse conflito é ocasionalmente lembrada por esses descendentes de escravizados, segundo Dona Conceição Cardoso (67 anos), “Aí onde eles [aeronáutica] fizeram o campo de pouso havia só cruzeiros, a turma do brasileiro iam matando e enterrando os paraguaios. Meu pai que contava”. Outro que lembra das histórias contadas pelos mais velhos é Ponciano de Souza (71 anos), afirma ele que,

Esse meu povo antigo, todos eles foram para guerra de López, meu avô falava que o pai dele perdeu muito parente por causa de López [Solano López]. Eles fizeram muitas trincheiras aqui nessas terras, é por isso que tem aquelas valetas [trincheiras] ali, que o menino estava te mostrando, (...) esse povo antigo passaram por isso. Ali na parte que eu plantava ainda tem sinal das valetas.

Como afirma Seu Ponciano, “vários parentes foram para a guerra de López”, fato comum na época, pois muitos escravizados foram para a guerra no lugar de seus senhores. De acordo com Doratioto (1996), diversos brasileiros, para fugir do alistamento no exército, doavam recursos, equipamentos, escravos e empregados à Guarda Nacional e aos Corpos de Voluntários. Tornou-se prática corrente a compra de negros escravizados para serem os substitutos de seus senhores na guerra (DORATIOTO, 1996). Alforrias foram colocadas como moeda de troca, pois caso o escravizado fosse para guerra estaria alforriado. O Império incentivou esse ato dando alforria a todos os escravizados das fazendas nacionais (TORAL, 1995). O governo imperial também desapropriou proprietários de escravizados para enviar os escravizados comprados à guerra. Tais desapropriações eram bem pagas, a ponto de ter sido a maior despesa brasileira no conflito (DORATIOTO, 1996).

Com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, o povoado de Nioaque estava totalmente abandonado, como afirma Taunay “Esta bonita povoação, abandonada, ocupada e pela segunda vez, desde o início da guerra, devastada, convertera-se num montão de destroços fumegantes” (GUIMARÃES, 1992, p. 149). Muitos ex-combatentes, entre os quais negros alforriados, não retornaram às suas regiões de origem, preferiram fixar-se nas terras “soltas” e/ou abandonadas da região de Nioaque e de outras, que foram palco do conflito com o Paraguai. Segundo os descendentes da família Cardoso, alguns parentes lutaram na guerra de López e Seu Cardoso, depois de ser voluntário da pátria, se fixou na região de Nioaque.

Após 1872, alguns poucos ex-moradores, com seus escravizados, começaram a regressar a Nioaque. E, dezesseis anos depois do fim do conflito armado, a região de Nioaque<sup>5</sup> já contava com 300 habitantes cuja atividade principal era a criação de gado (CORRÊA FILHO, 1969). Após a libertação dos escravizados, em 1888, alguns ex-escravizados permaneceram nas fazendas, outros migraram para diferentes regiões de Mato Grosso. No caso de Nioaque, uns ex-escravizados saíram das fazendas e se tornaram posseiros de terras “soltas” existente na região, como foi o caso dos casais fundadores da comunidade família Cardoso.

## A formação da comunidade Família Cardoso

De acordo com a memória coletiva da comunidade Família Cardoso, a família se originou com a união das famílias Cardoso e Romano, mais especificamente com o casamento de Eugênia de Souza Cardoso e Nestor Cardoso. A Senhora Eugênia era filha

---

<sup>5</sup> No ano de 1877, por força da lei nº 506, de 24 de maio, o nome do povoado de Nioac foi alterado para povoado de Levergéria, em homenagem a augusto de Leverger – Barão de Melgaço. Essa mesma lei elevou o povoado a distrito. No ano de 1883, por meio da lei nº 612, o nome da já freguesia de Levergéria foi novamente alterado para Nioac. No dia 18/7/1890, por ordem do governador de Mato Grosso, Nioac foi elevado a categoria de município (Decreto nº 23).



de Pedro Celestino de Souza e Antônia Romano de Souza, ele natural do estado de Minas Gerais e ela de Nioaque, MS. Os pais de Antônia eram o casal de escravizados Maria Vitória Romano e seu esposo Quirino Romano, ambos nascidos em Nioaque. Já Seu Nestor Cardoso, era filho de Manoel Juvêncio Cardoso e Maria das Dores Cardoso.

Os pais de Seu Manoel Juvêncio eram o casal de ex-escravizados Cardoso e sua esposa<sup>6</sup>. Seu Cardoso era procedente do estado do Rio de Janeiro e foi para Nioaque como voluntário da pátria na guerra de Lopes. De acordo com Seu Manoel Cardoso<sup>7</sup>,

Meu pai e minha mãe são daqui mesmo [Nioaque]. Lá embaixo era a casa do pai da minha mãe, mas pra baixo perto do rio [Nioaque] ficava a casa dos pais do meu pai [Manuel e Maria]. Eu tinha uma tia [Maria Juliana] que ela faleceu com mais de 90 anos quase 100, e ela nasceu aqui.

As famílias Cardoso e Romano viviam de suas lavouras de subsistência, na parte rural de Nioaque, atual bairro Largo da Baía, cerca de três quilômetros do centro urbano de Nioaque. As lavouras se concentravam numa área próxima às margens do rio Nioaque e eram de grande importância para o sustento das famílias. Por meio da comercialização dos “excedentes” das lavouras na área urbana de Nioaque, os chefes das famílias Cardoso e Romano traziam alimentos que eles não produziam e alguns produtos industrializados como sal, querosene e açúcar.

As roças eram implantadas com o esforço físico das famílias para sua subsistência e o plantio era realizado sem o uso de máquinas agrícolas e de implementos. As ferramentas utilizadas eram, basicamente, o saracuí<sup>8</sup> e a enxada. Na maioria das vezes as famílias se ajudavam por meio de mutirões. As culturas mais cultivadas eram: o arroz, o milho, o feijão, a mandioca, a banana, o fumo, a cana, a abóbora e a melancia. Como

---

<sup>6</sup> A comunidade não soube afirmar com precisão o nome da esposa de Seu Cardoso.

<sup>7</sup> Manoel Cardoso é filho de Eugênia e Nestor Cardoso

<sup>8</sup> Saracuí ou saraquí, ferramenta feita artesanalmente de madeira que abre covas na terra e ao mesmo tempo semeia.



fonte de proteína, a comunidade criava principalmente galináceos e porcos. As atividades de produção ocupavam o dia inteiro e envolviam os homens, as mulheres, os jovens e as crianças.

Nesse espaço de memória, essas famílias se uniram por laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. Porém, as terras onde estavam localizadas essas famílias pertenciam ao estado de Mato Grosso, e era de usufruto da Cia. Mate Laranjeira que detinha o monopólio da extração de erva-mate em 5 milhões de hectares no sul de Mato Grosso. Além disso, “possuía poderes para obstruir a entrada e a permanência de posseiros, colonos ou concorrentes, bem como para expulsar toda e qualquer pessoa de suas terras” (GRESSLER e VASCONCELOS, 2005, p. 82).

Nessa época, ocorreu em várias partes de Mato Grosso, campanhas separatistas. A primeira insurgência ocorreu no ano de 1900, comandada pelo Coronel da Guarda Nacional, João Ferreira Mascarenhas, líder político inconformado com a política da região norte do estado em relação ao sul. Esse movimento foi derrotado em 1901. Outra revolta foi a de Bento Xavier, outro defensor da emancipação da região sul, que teve início em 1907 e debelado somente em 1911 pelas forças do governo. Como consequência desses conflitos a cidade de Nioaque foi constantemente invadida por grupos armados que apoiavam, ou não, os movimentos separatistas. Além disso, houve perseguições políticas e assassinatos encomendados (CORRÊA FILHO, 1969).

Após esse período conturbado, o casal Manoel Juvêncio Cardoso e Maria das Dores Cardoso tiveram seus seis filhos (Manoel, 1912; Vital, 1913; Alberto, 1914; Laura, 1915; Albertino, 1916 e Nestor, 1917). Um ano após o nascimento de Nestor Cardoso, o presidente do estado de Mato Grosso, Francisco de Aquino Correia - Dom Aquino, mandou realizar a demarcação e a venda das terras ocupadas pela Cia. Mate Laranjeira (VALLE, 1996).



Entretanto, mesmo com a possibilidade de compra das terras, brandida pelo estado de Mato Grosso, os pequenos posseiros ficaram à margem desse processo, pois necessitavam de enormes quantias para regularizar suas posses, o que apenas era realizado na distante Cuiabá, capital do estado. A lógica dessa “distribuição” de terras foi totalmente perversa, pois o Estado vendia enormes extensões de terras para um número reduzido de pessoas, e posteriormente, os que compravam vendiam pequenas parcelas de terras, obtendo altos lucros.

Nas terras devolutas do Largo da Baía, nasceram, na década de 1920, os quatro filhos do casal Antônia Romano de Souza e Pedro Celestino de Souza – Alfredo, 1921; Cipriano, 1922; Eugênia, 1923; e Germana, 1924. No ano do nascimento de Germana, ocorreu no Brasil um amplo conflito armado, que também atingiu o sul de Mato Grosso, denominado “Revolução de 1924”. Essa revolução integra uma série de conflitos associados ao Movimento Tenentista que tem sua origem no Levante de Copacabana ocorrido em 05/07/1922, no Rio de Janeiro, então capital federal (FORJAZ, 1977). O ápice do conflito ocorreu em 05/07/1924, quando tropas rebeldes do Exército e da Força Pública de São Paulo invadiram pontos estratégicos da capital de São Paulo. Após o ataque, o general Isidoro Dias Lopes, comandante dos revoltosos (como eram denominados os revolucionários paulistas) rumou para Bauru, SP. Posteriormente, com o objetivo de invadir o Mato Grosso, Isidoro atacou a cidade de Três Lagoas, localizada na região sul de Mato Grosso. Porém, após duros combates, em quem um terço das tropas dos revoltosos morreu, Isidoro seguiu para o Sul do Brasil. No Paraná se uniu a Luís Carlos Prestes, formando posteriormente a Coluna Prestes (PRESTES, 1997).

No dia 29/04/1925 a Coluna Prestes, após invadir o Paraguai, iniciou sua marcha no sentido de Mato Grosso. Em Campo Grande, as forças legalistas, sob o comando do major Bertoldo Klinger, se juntaram a tropas de militares, vindas de Cuiabá, e a tropas de civis, arregimentados nos municípios de Mato Grosso (PRESTES, 1997). Nessas últimas tropas, se encontravam Manoel Cardoso e Pedro Celestino de Souza. Segundo

Dona Conceição Cardoso, “Era a minha avó que contava, porque os outros, o marido dela tinha ido pra guerra, meus avôs todinhos foram pra guerra, foram enfrentar pra lá de Jardim, pra lá de Bonito que eles fizeram o acampamento”.

Logo após os combates com os revoltosos, Seu Manoel Cardoso e Pedro Celestino de Souza retornaram para suas terras em Nioaque. As famílias Cardoso e Romano, nessa época, eram as únicas que habitavam as terras devolutas do Largo da Baía. Suas habitações, roças e criações ficavam localizadas próximas ao rio Nioaque. Nesse universo rural, as famílias que descendem dos negros ex-escravizados, são agora pequenos agricultores.

Além do cuidado com a terra, os pequenos camponeses tinham que também se proteger das constantes disputas políticas de coronéis na região, que normalmente terminavam em morte. Essas disputas fizeram com que o Mato Grosso fosse conhecido como “terra sem lei”. De acordo com Seu Ponciano da Silva (79 anos), irmão caçula, por parte de mãe, de Eugênia de Souza Cardoso, “havia uma perseguição danada, naquele tempo em Nioaque, era um banditismo”. Como consequência desses conflitos, foi assassinado em Nioaque, no final do ano de 1925, Seu Pedro Celestino de Souza. Segundo Dona Conceição Cardoso, quinta filha do casal Nestor Cardoso e Eugênia Cardoso, “o meu avô foi assassinado aqui em Nioaque. Minha mãe é quem contava, ela era pequena na época. A minha avó, quando perdeu o meu avô, ela sofreu muito”.

Dois anos depois, ocorreu no Brasil uma revolução armada comandada por Getúlio Vargas e, em 1932, aconteceu a Revolução Constitucionalista. O sul de Mato Grosso tomou parte ativa nesse movimento (CAMPESTRINI e GUIMARÃES, 2002). Esses acontecimentos refletiram nas vidas das famílias Cardoso e Romano, como afirma Dona Conceição Cardoso,

Foi o irmão de meu pai e aí por último foi o meu pai [Nestor Cardoso]. Aí quando chegou lá já tinha terminado o combate. Aí papai foi pegando aqueles colegas dele que estavam tudo baleado, um bando de homens, pegando e jogando no lombo até chegar em Campo Grande. Quando chegou em Campo Grande ficaram todos internados, para tirar as balas.

Posteriormente, no ano de 1933, a viúva, Dona Antônia Romano de Souza, se casou com Firmo da Silva. Após o casamento, Dona Antônia e seus primeiros filhos foram morar na parte urbana de Nioaque com Seu Firmo. Dessa união foram gerados dois filhos, Lourenço da Silva, nascido em 1934, e Ponciano da Silva, do ano de 1935.

Em 1937, o Brasil vivia sobre a ditadura de Getúlio Vargas que, em 10 de novembro, decretou o Estado Novo, fechou o Congresso Nacional e impôs a censura à imprensa. Além disso, prendeu líderes políticos e sindicais e colocou interventores nos governos estaduais. Nesse mesmo ano, faleceu em Nioaque Seu Firmo da Silva, segundo marido de Dona Antônia Romana.

Sem ter como criar os seis filhos sozinha, a viúva Dona Antônia Romano de Souza foi viver, juntamente com seus filhos, em sua antiga moradia, adjacente à casa de seus pais. Nessa época, vivia também no Largo da Baía o casal Manoel Juvêncio Cardoso e Maria das Dores Cardoso com os seis filhos já adolescentes. Após um curto período de namoro, no dia 18/08/1940, ocorreu o casamento de Nestor Cardoso e Eugênia Romano de Souza. Após o casamento, Seu Nestor Cardoso e D. Eugênia de Souza Cardoso construíram uma casa nas terras de Seu Manoel Juvêncio, no Largo da Baía. Dois anos depois, em 1942, nasceu a primeira filha do casal, Ramona Cardoso.

No ano de 1943, Getúlio Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã, por meio do Decreto nº 5.812, de 13 de setembro. A área do município de Nioaque foi incorporada a esse novo território. A partir da criação do Território Federal de Ponta Porã, começou o declínio da Cia. Mate Laranjeira, principalmente pela obrigação imposta por Getúlio Vargas de que a empresa deveria ter dois terços de brasileiros em seu quadro pessoal. A empresa tentou cumprir essa determinação, porém a tentativa não prosperou já que

não tinha na região um número suficiente de brasileiros com experiência para trabalhar em todas as etapas da exploração da erva-mate (CAPILLÉ Jr. e CAPILLÉ, 1995).

No ano de 1945, Getúlio Vargas foi deposto e, em 1946, o general Eurico Gaspar Dutra (natural de Cuiabá) assumiu a Presidência da República. Um dos primeiros atos do novo governo foi acabar com o Território Federal de Ponta Porã, que voltou para o domínio do estado de Mato Grosso. Como consequência, todas as terras de matas, que não eram escrituradas, voltaram para o domínio desse estado. Logo depois, vários posseiros começaram a regularizar suas terras (CORRÊA FILHO, 1969).

Na década de 1940, moravam nas terras devolutas da região do Largo da Baía apenas as famílias Cardoso e Romano. Essas duas famílias constituíram o primeiro núcleo negro da região do Largo da Baía, o qual, além de dar origem a um território familiar negro, fundamentado nas relações de parentesco e nas histórias de vida comum, criou as fronteiras étnicas que diferenciam “nós” dos “outros”. Nesse território, cada família nuclear possuía um pedaço de terra, o chão de morada, e o chão de trabalho. O chão de morada compreendia as habitações e o chão de trabalho abrangia um espaço onde se desenvolviam várias atividades, como a área de roça, a da pesca e a da caça, além evidentemente das áreas de coletas.

Após quase 16 anos morando bem próximo de seus familiares, Seu Nestor Cardoso e família resolveram em 1956 mudar para um local, ainda dentro do Largo da Baía, distante cerca de 500 metros de sua primeira casa. Com relação as transações de terra nessa área, recorda Seu Ponciano de Souza,

Lembro, eles moravam lá embaixo, o finado Fico, o nome dele era Nestor. Então ele morava lá (...). Eu sei que de lá de baixo ele trocou pra li. Ali onde eles estão era um mato, um matão danado. Ali ele fez um rancho lá, começou a morar e ficou aí depois cortaram os lotes e ele ficou ali. O lote que ele tinha era 4 hectares. (...) Ali tudo em volta era mato, ali não morava ninguém era só ele. Essas terras não eram vendidas, as vezes saía uma pessoa e dizia eu vou fazer um rancho, uma paragem aqui e aqui eu vou morar. (...). A terra dele poderia ser bem maior que 4 hectares. É que

naquela época o povo não tinha aquela ambição por causa de terra né, então tirava um pedaço que dava para plantar o que a gente vai desfrutar. Hoje não, a pessoa chega já fica com os olhos grandes, se tem um pedacinho já quer pegar mais, quer abraçar mais né, é assim hoje. Mas naquela época não, tudo era mais a vontade. Então a pessoa fechava o tanto que queria e podia trabalhar e ficava ali.

A mudança de parte da família Cardoso para a atual área em que se encontram, é um dos pontos fortes da memória coletiva dessa comunidade. A memória da mudança é passada de geração a geração, pois é um marco que deu início à sua territorialização. Essa memória forma e estabelece uma conexão de toda comunidade com o passado, ao mesmo tempo em que forma a identidade desse grupo.

## A Chácara São Pedro

O povoamento da região sul de Mato Grosso, baseado primeiramente nas fazendas de gado e posteriormente na agricultura, ambas relacionadas à economia escravocrata, foram formas de ocupação efetivamente colonialistas que dividiram a malha fundiária desse estado, principalmente por meio da Lei de Terras de 1850. As comunidades negras rurais que não obtiveram a terra por meio de compra ou doação ficaram à margem do processo de ocupação fundiária.

Com o declínio da Cia. Mate Laranjeira, o fim do Território Federal de Ponta Porã, a “Marcha para o Oeste” e a criação de várias colônias agrícolas, a população de várias cidades do sul de Mato Grosso foi aumentando. Em Nioaque, como reflexo dessa elevação populacional, teve início a venda de terras públicas pela Prefeitura Municipal de Nioaque. As terras da região do Largo da Baía foram loteadas e vendidas.

Aproveitando esse processo de vendas, Nestor Cardoso regularizou sua posse comprando-a da Prefeitura de Nioaque. De acordo com o Título Definitivo de Domínio Útil, Seu Nestor Cardoso comprou, no dia 12/05/1958, uma área de 20.000 m<sup>2</sup>, pagou

aforamento e custas no valor de Cr\$ 838,40 (oitocentos e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos).

Após a aquisição dessas terras, Seu Nestor Cardoso batizou o local de Chácara São Pedro, homenagem ao santo cultuado e festejado por Dona Maria Vitória Romano, avó materna de Dona Eugênia de Souza Cardoso. A chácara São Pedro, que configura o atual território quilombola, foi ocupada, comprada e posteriormente registrada, em 1958, no Cartório do 1º Ofício de Nioaque, comarca de Aquidauana. Com uma área de 2 ha a família Cardoso possuía, na época, as garantias jurídicas do acesso à terra. Nesse mesmo ano, nasceu o sétimo filho de Nestor Cardoso e Eugênia Cardoso, Manoel Cardoso.

Pouco tempo depois, quando as terras de Nestor Cardoso já estavam regularizadas, a Unidade do Exército, Bateria de Obuses, começou a limpar um terreno, em frente do imóvel de Nestor Cardoso, para fazer uma pista de pouso e decolagem de aviões de pequeno porte.

A limpeza de uma pista de terra para servir como “aeroporto” foi um fato que impactou bastante a memória da família Cardoso, pois de um dia para outro a realidade dessa comunidade mudou com a chegada e saída de aviões de pequeno porte. “Na época, eles faziam a alegria da garotada que ficava ao lado da pista para vê-los voar” (Dona Rita Cardoso).

Halbwachs (2004) demonstra que nenhuma memória coletiva pode existir sem referência a um quadro espacial socialmente específico. Isso quer dizer que as imagens dos espaços sociais (exemplo a pista de pouso e decolagem) e as interações sociais ocorridas no território da comunidade Família Cardoso produzem a ilusão de não mudarem e de redescobrirem o passado no presente. As recordações foram conservadas por meio da referência ao meio material que os cercava. A memória dos Cardoso está localizada no interior dos espaços materiais e mentais do grupo e nas suas



interações sociais. Aquilo que foi recordado no interior dos espaços mentais que o grupo fornece, recebe sempre apoio dos espaços materiais que é o território da Família Cardoso.

Em Nioaque, na década de 1960, a maior parte da população estava localizada na zona rural, em sítios, chácaras e fazendas. Eram poucos os imóveis residenciais e comerciais na parte urbana. O município era caracterizado pela alta concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, que tinham na pecuária a principal atividade econômica.

A chácara de Seu Nestor Cardoso, apesar de suas pequenas dimensões tinha uma casa, um curral, área de roça, área de pasto, e uma roça de capim. No espaço do sítio não havia uma rígida divisão de gênero dos trabalhos, tanto os homens como as mulheres revezavam nas atividades seja no chão de roça ou no chão de morada. Porém algumas atividades do chão de morada, como preparar os alimentos e a limpeza da casa, eram especificamente realizadas pelas meninas ou pelas mulheres já adultas, fato que ocorre até hoje.

Na chácara São Pedro, entre os anos de 1960 e 1967, nasceram os três últimos filhos da família Cardoso: Rita Cardoso – 1960; José Cardoso – 1962; e Aparecido Cardoso - 1967. E no final da década de 1960, faleceu a matriarca Antônia Romano de Souza. Seu corpo foi enterrado no cemitério municipal de Nioaque.

No ano de 1976, Seu Nestor Cardoso, aos 59 anos de idade e com a saúde debilitada, foi hospitalizado no posto médico do Quartel do Exército. Posteriormente, com o agravamento de seu quadro clínico teve que ser encaminhado para Campo Grande, em busca de melhores condições para o tratamento de sua saúde. Porém, no dia 18 de fevereiro, duas semanas após ser hospitalizado, faleceu vítima de câncer. Seu Nestor foi enterrado próximo ao túmulo de Dona Antônia Romano de Souza, no cemitério municipal de Nioaque.





Tempos depois da morte de Seu Nestor Cardoso, a viúva Eugênia Cardoso observou a documentação da terra e descobriu que o imóvel comprado por seu marido possuía apenas 2 hectares. Para os filhos e a viúva o imóvel possuía 4 hectares, porém com o passar dos anos foi ocupado por pessoas de fora do Largo da Baía. De acordo com o Seu José Cardoso,

Meu pai tinha uns 4 hectares de terra (...). A turma era meia burra não estudava, não procurava ver a parte dele, essas coisas. Só foi quando ele morreu minha mãe pegou a documentação da terra e começou a olhar tava no papel 2 hectares. Mas eu não sei quando que mediram 2 hectares, mas não pode ter somente 2 hectares de terra, aí não pode nos tínhamos 4, passou pra 2 e nós mesmo ficamos com 1 hectare, mas no papel consta 2. A área do fundo eu encontrei com o dono da fazenda aí o Cirilo, e eu brinquei com ele falando se ele vendia a área pra nós e ele falou que a área é de vocês, o hectare que tá faltando pra nós ta na fazenda dele. Esse 1 hectare que era do meu pai. Mas não foi ele quem pegou porque ele já comprou de outros, passou uns três donos daí e depois ele comprou. (...) A minha mãe tinha até medo de mexer com essas coisas, com esse povo, com prefeitura. Ela ficava com medo, aí ficou quieta. A área aqui era pra ser bem maior, aos poucos fomos perdendo a área. Meu pai teve que vender um pedaço para regularizar o resto. Aqui meu pai tinha um piquete que ele levantava cana, para fazer melado e rapadura. Antigamente não tinha cerca.

A viúva e os filhos, encurralados em apenas 1 hectare, tiveram que trabalhar, como lavradores e domésticas, fora da chácara São Pedro. A família aproveitava também as laterais da pista de pouso (“aeroporto” Santa Otília) para cultivar pequenas plantações, já que era pouco utilizada. Afirmo Seu José Cardoso, “O movimento antigamente de avião era bem pouco, a maioria era de político que baixava aí e fazendeiro”.

Nesse contexto de resistência da família Cardoso frente a perda parcial de seu território, com a morte do patriarca da família e a saída de alguns filhos para trabalhar, a luta era pela continuidade de sua autonomia, contra a submissão a um “novo cativoiro”. E o cativoiro é redefinido como a perda de controle sobre os meios de produção e o processo de trabalho (SOARES, 1981).

Nesse período, em que a família Cardoso lutava para garantir a manutenção total de suas terras, crescia no estado de Mato Grosso o movimento em prol da divisão do

estado. Fato materializado no dia 11/10/1977, quando o Presidente da República, General Ernesto Geisel, sancionou a Lei Complementar nº 31, que criou o estado de Mato Grosso do Sul. Após a formação do estado de Mato Grosso do Sul, o governo federal iniciou, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), um levantamento sobre as terras pertencentes à União Federal. No município de Nioaque, o estudo fundiário foi realizado no ano de 1983.

No laudo de vistoria nº 2.942/84, feito nos estudos do Incra, apontou que na chácara São Pedro, no início do ano de 1983, havia duas residências habitadas por 25 pessoas, sendo somente 5 com idade superior a 14 anos. A chácara possuía um pomar, 10 covas de banana, 15 covas de cana de açúcar, 0,5 ha de mandioca e 0,5 ha de arroz. Com relação aos animais, eram criados 20 galináceos.

Depois de pronto, o levantamento do Incra concluiu que a União era detentora de boa parte das terras na região de Nioaque, mais precisamente no Largo da Baía. No dia 07/06/1984, o Incra encaminhou ofício nº 527/84 à Dona Eugênia Cardoso, informando que não foi possível verificar a origem das terras de parte do município de Nioaque. A Prefeitura Municipal de Nioaque concluiu, por meio da Declaração datada de 05/09/1984, que “a titularidade das referidas áreas, advém da própria Lei que instituiu o Município (Lei nº. 23, de 23/07/1890)”. Ao que parece não houve uma conclusão, por parte do Incra, sobre a origem do título das terras vendidas pela Prefeitura Municipal de Nioaque, em 1958, a Nestor Cardoso.

De acordo com a manifestação do Incra, a área adquirida por Nestor Cardoso está “encravada dentro do perímetro Urbano do Município de Nioaque” (INFO/INCRA/PFJ/CE/MS-12/Nº 685/82) e que a prefeitura de Nioaque doou as terras da pista de pouso (aeroporto Santa Otilia) à União Federal (Certidão da Prefeitura de Nioaque expedida em 08/05/1989), presume-se que as terras de Nestor Cardoso pertenciam, em 1958, à prefeitura de Nioaque.

Sem saber ao certo sobre as discussões entre os órgãos acima, a família Cardoso mantinha seu modo tradicional de vida camponesa baseado no trabalho diário nas roças de subsistência. Porém, como a extensão das roças era pequena, continuaram a utilizar de parte das terras da pista de pouso e decolagem.

No ano de 1997, faleceu no Largo da Baía, a matriarca Eugênia de Souza Cardoso, com 74 anos, deixando filhos e netos. Antes de falecer, Dona Eugênia, assim como fez sua mãe e avó, passou para suas filhas a responsabilidade de continuarem com a festa de São Pedro.

No ano de 2006, a Família Cardoso teve sua estrutura interna de subsistência alterada pela prefeita de Nioaque que proibiu a comunidade de utilizar a desativada pista de terra de pouso e decolagem de aviões para plantar suas roças. Sobre essa proibição, Dona Conceição Cardoso se lembra que, “Aqui era cheio de roça, era a coisa mais linda, aí a prefeita proibiu nós de plantar”.

Com a proibição de se plantar na pista de pouso, que está desativada, a família Cardoso recebeu perplexa a notícia de que a prefeita de Nioaque iria construir uma pista de Motocross no meio da pista do “aeroporto” Santa Otília. Esse fato é lembrado por Manoel Cardoso, “Depois que expulsaram a gente da pista a prefeita construiu uma pista de Motocross, para fazer um tal de, como é que fala, rally”.

Mesmo contra todas as adversidades a família Cardoso promove e organiza anualmente a festa de São Pedro, padroeiro da comunidade. São três dias de festa, começa regularmente no dia 27 de janeiro e termina no dia 29 desse mês. Essa festa teve início no século XIX com a filha de escravizados Maria Vitória Romano, avó de Eugênia de Souza Cardoso. O culto a São Pedro foi transmitido, com o passar dos anos, para todas as gerações dos Cardoso como afirma Dona Nilza Cardoso, filha de Dona Eugênia,

O começo da festa vem dos avôs, era da minha avó, da mãe da minha mãe [Maria Vitória Romano]. Vem dela essa festa de São Pedro, aí ela faleceu, depois que ela faleceu aí minha mãe, três anos depois, continuou a fazer essa festa. Aí ela foi continuando a festa, e a festa não era assim, não tinha churrasco, era só um doce de mamão que ela fazia, pãozinho, biscoitinhos. Aí depois, a festa foi aumentando, aumentando, foi tendo um pouco de ajuda dos fazendeiros, aí depois começaram a fazer sorteio, isso aqui na chácara. Aí saía a bandeira nas casas, fazendo visita né. Aí depois de uns 5 anos parou de fazer a bandeira porque ficava muito complicado, porque as pessoas que acompanhavam foram falecendo né, aí parou, depois eles começaram a pedir ajuda da prefeitura, aí a prefeitura, (...) começou a ajudar.

A festa de São Pedro é um momento de religiosidade e sociabilidade desse grupo. Além de juntar as famílias Romano e Cardoso, descendentes de escravizados, a festa aglutina também várias pessoas de fora da comunidade. A organização da festa sempre esteve nas mãos da família e segue tradicionalmente um roteiro: primeiro começa a novena, após vem a procissão, depois a bandeira, posteriormente, ocorre a fogueira e o baile.

Como prova da fé em São Pedro, a comunidade, com a ajuda da prefeitura de Nioaque, conseguiu construir, em 1991, a capela de São Pedro, na chácara São Pedro. A luta da comunidade em continuar com a festa em homenagem ao santo é contada por Dona Nilza Cardoso,

Logo depois que sepultou ela [Antônia Romano de Souza], minha mãe pegou todos os santos que ela tinha, São Pedro, Santo Antônio, São João e trouxe pra cá. E ela falou ainda pra minha mãe: Eu não quero que vocês adiem a festa eu quero que vocês façam a festa. Aí eu falei: Mãe nós vamos fazer, só o baile que não. Vamos fazer o terço, vamos dar o doce, o bolo e fazer a procissão e pronto. No outro ano nós faz a festa inteira. Não foi que ela veio num sonho e falou que: Você é bem chata mesmo Conceição. Aí eu falei: Por que minha avó? Eu sempre fui bem agarrada com minha avó. E a outra irmã mais velha era agarrada com a outra minha avó, com a mãe do meu pai. Aí eu falei: Não, minha avó ficava chateada por não ter o baile, fui eu que pedi. Você não vai ficar chateada comigo não? Ela disse: Não, e deu aquela risada. (...). Quando a minha mãe morreu ela pediu a mesma coisa também. Aí nós não fizemos e ela apareceu pra mim e para a mulher do Ramão falando porque que não fizeram a festa de São Pedro, porque ela pediu que não era para adiar. (...). A mesma coisa foi com o meu pai, quando ele faleceu a minha mãe não fez a festa e ele apareceu pra ela e cobrou a festa, porque ela não tinha feito. A minha mãe chorava bastante e eu perguntei a ela: Por que a senhora está chorando? Seu pai veio aqui cobrar porque nós não fizemos a festa. Porque ele queria dançar junto com nós aqui.

Na primeira metade do século passado, na comunidade, a festa de São Pedro e as novenas eram as principais diversões. Era a partir das novenas e da festa que rapazes e moças se conheciam, dançavam, noivavam e se casavam. As lembranças sobre as festas passadas se fortificam graças às narrativas coletivas dos mais velhos da comunidade que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas da festa religiosa. Esses eventos religiosos são acontecimentos que marcaram e marcam a memória coletiva dos Cardoso.

Podemos perceber pelas narrativas acima que a festa de São Pedro era um “período-âncora da memória” (WOORTMANN E., 1998), um ponto de partida de todas as referências posteriores. Era um momento de alegria em que as pessoas saíam de suas labutas diárias e iam festejar seu santo padroeiro. Esse período-âncora é acionado para a autovalorização dos velhos, frente aos mais novos. É nesse período-âncora que os mais velhos guardam, cuidadosamente, seus troféus, aqui simbolizados pelas imagens dos santos.

## Reflexões finais

Como apontado neste artigo, as fronteiras espaciais do território quilombola Família Cardoso foram definidas pelo patriarca Nestor Cardoso, porém esse microterritório está inserido no interior de um macro território negro. Toda a área do Largo da Baía representa um macro território, que tem origem nas famílias de ex-escravizados Cardoso e Romano, onde se desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O'DWYER, 1995).

No macro território quilombola formado pelos descendentes das famílias Cardoso e Romano, as fronteiras com os de fora são estabelecidas pelo viés do parentesco e quem



não tem a ascendência dos primeiros casais é considerado de fora. Já no microterritório quilombola Família Cardoso, as fronteiras também são estabelecidas pelo parentesco em comum, porém a origem está ancorada no casal Nestor Cardoso e Eugênia de Souza Cardoso. Os filhos, netos e bisnetos desse casal são considerados “parentes de dentro”; os tios, irmãos e primos de Nestor e Eugênia são “parentes de fora”. Todos os outros, que não possuem ligação de parentesco com as famílias Cardoso e Romano, são considerados “de fora”.

As categorias “de dentro” e “de fora” são fronteiras étnicas estabelecidas que identificam o grupo quilombola. Para Barth (1969) a categoria “de dentro” é também uma “identidade básica”. Essa identidade é mediada pelo reconhecimento do pertencimento a um grupo étnico e a consequente adoção de valores e normas de moralidade comuns.

Com o passar dos anos, o grupo familiar extenso, que forma esse macro território quilombola, aumentou e as famílias nucleares se espalharam dentro da região do Largo da Baía formando uma territorialidade particular, onde cada uma das famílias nucleares representa ilhas de negritude interligadas por laços de parentesco (LEITE, 1991). Como afirma Dona Rita Cardoso, “Tem parente demais aqui no bairro”. Concordando com essa assertiva, Ramão Bezerra afirma que “Têm mais de 2.000 familiares, se for contar os parentes de Nestor e Eugênia. A Baía inteira é quase tudo parente”.

Hoje, assim como no passado, a luta pela terra continua. Essa luta, que foi dos primeiros casais (filhos de escravizados), foi transmitida para todas as gerações. A comunidade negra Família Cardoso se reconhece mutuamente como integrantes de uma comunidade quilombola, cuja definição coletiva atribui identidade a seus membros. Compartilhavam um macro território (Largo da Baía) formado pelas famílias Cardoso e Romano, e atualmente estão cativos em apenas um hectare. Apesar de todas as

adversidades em reaver seu território original, os Cardoso resistem, com enormes dificuldades, para preservar seu território.

## Referências

- BANDEIRA, L. A. Moniz. **O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata**: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à guerra da tríplice aliança. 2ª edição. Brasília: Editora UnB, 1995.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes; DANTAS, Triana de V. Sodré. **Relatório Antropológico de Furnas da Boa Sorte**. Brasília: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares – Projeto de Mapeamento e sistematização das áreas de comunidades remanescentes de quilombo, 1998.
- BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. Bergen/Oslo: Universit Etsforlaget; London: George Allen & Unwin, 1969.
- CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. IHGMS. Campo Grande, MS, 2002
- CAPILÉ Jr., João Augusto; CAPILÉ, Júlio. et al. **História, Fatos e coisas douradenses**. Dourados, MS, 1995.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- DORATIOTO, Francisco F. M. **O conflito com o Paraguai**: a grande guerra do Brasil. (Série Princípios). São Paulo: Editora Ática, 1996.



- FORJAZ, Maria C. Spina. **Tenentismo e política**: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- GRESSLER, Lori Alice; VASCONCELOS, Luiza Mello. **Mato Grosso do Sul**: Aspectos Históricos e Geográficos. 1ª ed. Dourados, MS, 2005.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul**: História dos municípios. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, v. 1. Campo Grande, MS, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 2004.
- LEITE, Boaventura Ilka. Quando a fábula das três raças vira Torre de Babel. In: **Reunião Anual da ANPOCS. 15**. Caxambu, MG: Anpocs, 1991.
- NEIVA, Cícero. Adolfo Lutz e a medicina veterinária. v. 15. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**. São Paulo, 1955.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Terra de quilombos**. Rio de Janeiro: ABA/CFCH-UFRJ, 1995.
- PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. **Fiéis descendentes**: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses. 1a. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- RELATÓRIO do Presidente da Província de Matto Grosso, Conselheiro Herculano Ferreira Penna. Abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 03/05/1862. Cuyabá. Typographia do Matto-Grosso.





RELATÓRIO do Presidente da Província de Matto Grosso, Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho. Apresentado ao Vice-Presidente da Província de Matto Grosso Chefe de Esquadra Augusto Leverger – contendo a synopsis da Histórica da invasão Paraguaya na mesma Província, em 30/08/1865. Cuyabá. Typographia do Commercio, de Pereira Braga, Rio de Janeiro.

SILVA, Josiane Abrunhosa da. A Casca: Herança e territorialidade. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil**: Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

SOARES, Luiz Eduardo. Campesinato: Ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**. v. 9, n. 24, São Paulo, mai/ago., 1995.

VALLE, Pedro. **A divisão do Mato Grosso**. Royal Court. Brasília, 1996.

WOORTMANN, Ellen. F. Homens de Hoje, Mulheres de Ontem: Gênero e memória no seringal. In: FREITAS, C.: **Anais do I Seminário e da II Semana de Antropologia da UCG**. Goiânia: Editora UCG, 1998.